



Espacio, Tiempo y Educación

E-ISSN: 2340-7263

jllhuerta@mac.com

FahrenHouse

España

Henriques, Hélder; Marchão, Amélia; Mourato, Joaquim
A Democracia e o Ensino Superior Politécnico Português. O caso do Instituto Politécnico
de Portalegre (década de 80 do séc. XX)
Espacio, Tiempo y Educación, vol. 2, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 173-196
FahrenHouse
Salamanca, España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477447182009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Democracia e o Ensino Superior Politécnico Português. O caso do Instituto Politécnico de Portalegre (década de 80 do séc. XX)

Democracy and the Portuguese Polytechnic Education. The Case of the Polytechnic Institute of Portalegre (80s of the XX century)

Hélder Henriques

e-mail: helderhenriques@esep.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal

Amélia Marchão

e-mail: ameliamarchao@esep.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal

Joaquim Mourato

e-mail: amourato@ipportalegre.pt

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal

Resumo: No presente artigo pretende-se demonstrar a importância da criação e funcionamento das Instituições de Ensino Superior Politécnico como via de acesso à democratização no acesso e no sucesso ao sistema de ensino superior português nas décadas de 70 e de 80 do século XX. Tomando como exemplo o Instituto Politécnico de Portalegre, em particular a sua Escola Superior de Educação, e tendo como método uma análise documental articulada com a análise de conteúdo de entrevistas a estudantes da década de 80 que nos serviram de amostra, objetivamos demonstrar a importância desta Instituição de Ensino Superior na democratização no acesso e sucesso de um grande número de estudantes que nessa década frequentaram a referida instituição. Concluímos sobre a importância da descentralização regional pelo interior do país das Instituições de Ensino Superior e da oportunidade democrática que as mesmas possibilitaram/possibilitam para que mais cidadãos e cidadãs acedam e concluam um curso superior, independentemente das suas raízes sociais, económicas e culturais.

Palavras-Chave: história da educação; política educacional; democratização da educação; direito à educação; transição; universidade.

Abstract: In this paper we intend to demonstrate how important was the creation of the Polytechnic Higher Education Institutions as a way to the democratization, access and success in the system of Portuguese higher education in the 70s and 80s of the XX century. Taking the example of the Polytechnic Institute of Portalegre, in particular its School of Education, and using the method of document analysis articulated by content analysis of the interviews with students of the 80s of the XX century, we aimed to highlight the importance of this Higher Education Institution in the democratization on the access and success for a large number of students attending this institution in such a decade. We

conclude emphasizing the importance of regional decentralization of higher education institutions across the country and of democratic opportunity in order to allow more citizens to access and complete a degree, regardless of their social, economic and cultural roots.

Keywords: educational history; educational policy; democratization of education; right to education; university; transition.

Recibido / Received: 17/03/2015

Aceptado / Accepted: 21/05/2015

1. Introdução

O ensino superior é hoje uma realidade próxima da maioria dos cidadãos e das cidadãs portuguesas/as. Mas nem sempre assim foi... A crescente procura das instituições de ensino superior (IES) é uma marca indelével, resultado da Revolução do 25 de Abril de 1974. O novo regime político instituído –a democracia– encontrou nas IES organismos promotores do conhecimento e do desenvolvimento socioeconómico criando novas oportunidades a um conjunto significativo da população que até aí dificilmente poderia optar por prosseguir os seus estudos nas poucas universidades então existentes e concentradas em poucas cidades portuguesas.

No presente trabalho pretendemos explicitar o percurso do ensino superior politécnico português e destacar o seu papel na construção da democratização da sociedade portuguesa. Assim, colocamos as seguintes questões de partida:

Que lugar assumiu o ensino superior politécnico no processo de democratização da sociedade portuguesa? Qual o discurso do Estado em relação ao ensino superior politécnico? Que conceções assumem os/as estudantes que concluíram os seus estudos numa instituição deste subsistema de ensino localizada numa cidade do interior do país?

De forma a responder às questões colocadas, propomos tomar como exemplo o caso do Instituto Politécnico de Portalegre, especificando a sua Escola Superior de Educação, criada depois da Revolução de 1974 e aquando da criação do sistema de ensino superior binário –universitário e politécnico– (Mourato, 2014).

Ancoramos a nossa análise num conjunto vasto de autores que se têm debruçado sobre a problemática da educação, em particular da História da Educação, e que constituem o fundamento teórico deste texto (Nóvoa, 1991; Mogarro, 2001; Pintassilgo, 2003, 2014; Grácio, 1971; Sedas Nunes, 1968; outros). Por outro lado, recorremos, do ponto de vista empírico, a três corpos documentais: 1) Legislação de enquadramento; 2) Fontes documentais e fotográficas relacionadas com o Instituto Politécnico de Portalegre; e, 3) Entrevistas a antigos estudantes que frequentaram a instituição que tomamos como arena de discussão neste texto.

Metodologicamente assumimos, na concretização deste trabalho, a sua natureza qualitativa e documental, por via dos seguintes procedimentos: análise

da legislação e recolha de depoimentos, que permitiram objetivar a resposta às questões de partida colocadas. A recolha de depoimentos foi possível depois da identificação de antigos estudantes de acordo com critérios previamente estabelecidos; da construção de um guião de entrevista; e da aplicação do guião a antigos estudantes. Os depoimentos foram sujeitos a procedimentos de análise de conteúdo que viabilizaram a sua interpretação à luz das questões de partida e da análise bibliográfica e legislativa que ancoram o presente texto.

Assim, argumenta-se a importância do ensino superior politécnico no processo de democratização da sociedade portuguesa e argumenta-se a sua existência nas cidades do interior do país como fator de democratização no acesso e no sucesso a cidadãos e cidadãs que, de outro modo, dificilmente poderiam ter frequentado e concluído um curso de ensino superior e, consequentemente, dificilmente teriam alcançado um estatuto social, cultural e económico mais elevado.

2. A ideia da democratização do ensino na sociedade portuguesa: em busca das origens

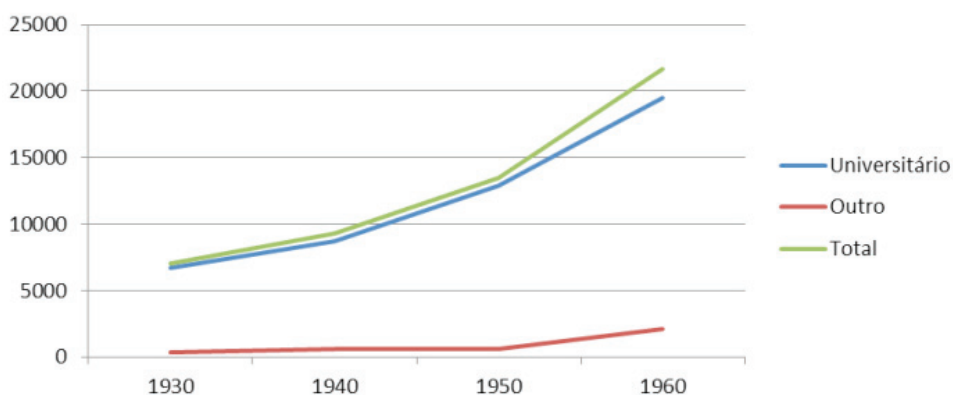
A democratização apresenta um carácter multidimensional e temporal. Para Sebastião & Correia (2009) esta problemática encontra-se ligada às questões da universalização da educação. Para os autores o processo de universalização «constitui uma das concretizações mais significativas da modernização das sociedades» (p. 101). Contudo, esta concretização encontra-se ancorada a um passado que permite melhor compreender as suas origens. De acordo com Pintassilgo (2003) é necessário procurar as raízes da noção de democratização no tempo, de forma a compreender o que estamos a discutir. O autor defende que as raízes desta noção se encontram no Liberalismo uma vez que é aí que se desenvolvem as noções de direito à educação constituindo-se, assim, «um ponto de partida fundamental da democratização do ensino» (Pintassilgo, 2003, p. 2).

Outro período fundamental para o desenvolvimento de uma «escola para todos» foi a transição entre o século XIX e o século XX. A crescente necessidade do Estado moldar os indivíduos e de os tornar socialmente úteis culminou, pelo menos do ponto de vista retórico, numa afirmação do campo educativo no período da 1.^a República Portuguesa (1910-1926) procurando construir um «Homem-Novo». Este regime político favoreceu o entendimento sobre as questões educativas, colocando este campo no centro das políticas republicanas muito embora constatemos a existência de um desfasamento entre o pretendido e o alcançado. Ainda assim, foi na 1.^a República Portuguesa que mais nos conseguimos aproximar da génese do conceito em análise neste texto. Pintassilgo (2003) salienta duas dimensões exploradas no período republicano e que são

parte integrante do processo de democratização. Refere-se à problemática da autonomia dos educandos e ao desenvolvimento na noção de «escola única». No primeiro caso, influenciados e promotores pelo/do movimento da educação nova, António Sérgio, Faria de Vasconcelos ou Adolfo Lima afirmaram a importância de conhecer e de possibilitar a formação moral e cívica/patriótica dos escolares, transformando-se a escola numa arena de construção da cidadania (Pintassilgo, 2003, p. 4). Por outro lado, a «escola única» propunha a reorganização da escola num sentido de continuidade, desenvolvendo-se as noções de igualdade e da gratuidade, elementos chave da democratização da sociedade portuguesa a partir do campo educativo.

Ao Estado caberia a missão de assegurar que todos acediam à escola em igualdade de circunstâncias e não devido à sua origem social. É também na 1.^a República portuguesa que são fundadas as Universidades do Porto e Lisboa. No entanto, o ímpeto reformista republicano traduzia-se muito mais numa preocupação com o ensino infantil e primário do que com o ensino superior, pese embora a criação das universidades referidas. O projeto ideológico anterior ficaria «suspense» dado o *terminus* da breve experiência republicana portuguesa e a instauração da ditadura militar/nacional. Seguiu-se, depois, um recuo em relação ao pensamento apresentado.

Gráfico 1. Evolução do ensino superior em Portugal entre as décadas de 30 e 60 do século XX (Adaptado de Nóvoa, 1992, p. 495).



O Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, no campo educativo, como refere Nóvoa, optou por uma política minimalista, orientada pelos princípios da moral cristã com o objetivo de minimizar «(...) os efeitos de uma hipotética utilização do capital escolar como factor de mobilidade social» (1992, p. 479). Ao longo do regime Salazarista verificamos a existência de quatro Universidades e de «outras» instituições também consideradas como ensino superior.

As Universidades encontravam-se situadas na região de Lisboa (duas), no Porto e em Coimbra. As restantes instituições eram Escolas de Serviço Social, Belas-Artes, Militares, Educação Física, Estudos Ultramarinos e ainda instituições ligadas à Igreja Católica (Nóvoa, 1992, p. 494).

No longo período de vigência do Estado Novo, embora com ligeiros aumentos, manteve-se baixa a taxa de frequência do ensino superior. A forma como se pensava o ensino superior manteve o seu carácter tradicional e a sua lógica de reprodução de um capital escolar essencialmente destinado a elites. A Universidade portuguesa do Estado Novo tinha como principal função: «formar a classe dirigente da nação» (Garrido, 2008) afastando, devido a circunstâncias diversas, a maioria da população portuguesa da universidade. Nóvoa é perentório quando se refere à eficiência do ensino superior neste período:

Em termos globais, o sistema de ensino superior denota uma baixa produtividade, o que agrava alguns dos estrangulamentos e deficiências (...) assinalados: é provável que apenas cerca de um terço dos estudantes que ingressaram nas universidades em 1960 terminem os seus cursos. A eficiência externa do sistema universitário também é bastante limitada, contribuindo para manter uma estrutura das qualificações da população activa incompatível com o ritmo de progresso científico, tecnológico, socioeconómico e cultural necessário ao desenvolvimento do país (1992, p. 495).

Os problemas referidos pelo autor colocavam o ensino superior numa encruzilhada. Por um lado, um ensino superior desajustado das necessidades do país e mesmo da procura crescente do número de alunos que entravam no ensino liceal. Por outro lado, as linhas estruturantes do pensamento de um regime com enormes dificuldades em aceitar as rápidas mudanças em que o mundo cada vez mais global se movimentava. A este propósito, Alfredo de Sousa, membro do Gabinete de Investigações Sociais, defendia que o caminho a seguir teria de ser o da democratização do ensino. Assumia a necessidade de desenvolver «(...) uma política de ensino que tente eliminar os obstáculos financeiros que se opõem à entrada dos jovens nos estabelecimentos de ensino superior» possibilitando a «abertura de possibilidades (...) àqueles que, não sendo jovens (...) sintam necessidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos ou a sua cultura» (1969, p. 248). No mesmo sentido também Adérito de Sedas Nunes proclamava a necessidade de mudança no ensino superior de forma a torná-lo um elemento com maior valor no progresso económico e na vida dos portugueses (Nunes, 1968; Nunes, 1969).

A democratização do ensino tornava-se, pelo menos discursivamente, uma presença constante no meio académico e social. Com o objetivo de fortalecer os argumentos apresentados anteriormente Alves Martins, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, escrevia sobre o caminho que devia ser prosseguido na reforma do ensino superior no final da década de 60:

As necessidades manifestadas pelo mercado nas suas mais variadas facetas, o progresso da ciência e a rápida evolução da tecnologia têm aconselhado – e já existe abundante experiência na matéria – a que se proceda para a maioria dos cursos universitários:

- a) ao encurtamento do tempo necessário à formação de um primeiro nível de graduados;
- b) ao estabelecimento simultâneo de cursos para post-graduados;
- c) ao adiamento das especializações;
- d) à criação da mentalidade e do mecanismo necessário e conveniente para que se possa verificar, de forma permanente, o fenómeno do retorno à escola (1968, pp. 71 e 72).

A proposta contida na citação anterior é muito clara no que respeita à adaptação dos cursos ao mercado de trabalho. Realça a necessidade de encurtar a formação e, simultaneamente propor a criação de cursos de pós-graduação onde os estudantes se podiam especializar, depois do primeiro grau superior, e defende ainda o «fenómeno de retorno à escola», isto é a possibilidade de abrir a escola a uma maioria populacional que permitisse ao país progredir.

Decorrente desta necessidade de mudança, fruto de um conjunto vasto de circunstâncias, o final da década de 60 da centúria de novecentos constituiu o começo da fase final do regime político vigente. Do interior deste processo destaca-se a tentativa da «democratização da universidade portuguesa» (Stoer, 1986, p. 108) e o debate entre aquilo que era a «Universidade Napoleónica» e aquilo que podia ser uma Universidade Moderna e industrializada.

As movimentações estudantis da década de 60, integradas num movimento generalizado de descontentamento social, contribuíram decisivamente para a construção de um novo sistema de ensino superior que haveria de dar os primeiros passos sob a vigência da liderança de Marcelo Caetano e seria continuado depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 que permitiu a queda do Estado Novo e a emergência do regime político democrático em Portugal.

Este processo possibilitou o acesso em maior escala a uma nova configuração do ensino superior, tendencialmente gratuito, promovendo o desenvolvimento do país e adequando-o, pelo menos tanto quanto possível, a uma realidade completamente diferente da proposta do regime político anterior. No entendimento de Sebastião & Correia (2009) a liberdade para aprender constituiu uma conquista enquanto «expressão do desejo de elevação pessoal» (p. 101) que trouxe «benefícios globais para as sociedades e os indivíduos» apesar das resistências à implementação deste processo ao longo de dois séculos (2009, p. 101), com destaque para o regime político do Estado Novo. No entanto, o processo de democratização da educação, em particular no que respeita ao ensino superior, provocou uma «profunda transformação da estrutura de qualificações da sociedade portuguesa» (p. 108), sobretudo, nos

últimos 40 anos. É sobre este período de alterações políticas dirigidas ao ensino superior que nos debruçamos seguidamente.

3. «Ou temos coragem ou morremos de erudição»¹: ensino superior politécnico em Portugal

«Ou temos coragem ou morremos de erudição», palavras de Alves Martins que expressam bem o sentido de reforma que, de acordo com alguns estudiosos, era necessário fazer em Portugal no campo educativo, e no ensino superior em particular, no final da década de 60. A adaptação ao mercado de trabalho, o ajustamento entre a oferta formativa e as necessidades reais da economia e da sociedade, aliadas à necessidade de reencontrar o progresso colocou a Educação e particularmente o ensino superior no centro das questões do desenvolvimento português. De acordo com Pintassilgo:

(...) desde o pós-guerra que o discurso político dos responsáveis pela educação se mostrava permeável às teorias do «capital humano», enfatizava as vantagens de uma escolarização mais ampla e, em especial, as suas implicações no desenvolvimento económico. O regime abriu-se à colaboração com organizações internacionais e empenhou-se no combate às manifestações do atraso, designadamente o analfabetismo, que as estatísticas comparadas evidenciavam. Reformas sectoriais, como as do ensino liceal e técnico, no final dos anos 40, davam conta de uma retórica que reatualizava alguns dos lugares-comuns da modernidade pedagógica (métodos ativos, educação integral, etc.). Este reformismo acelerou nos anos 60 com o alargamento da escolaridade obrigatória para 6 anos, a criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (unificando os ciclos iniciais das duas vias, liceal e técnica, do ensino secundário) e da chamada Telescola, entre outras medidas que tinham como pano de fundo a massificação escolar (2014, p. 15).

Esta necessidade de mudança, na fase final do regime político liderado por Marcelo Caetano, introduziu a discussão sobre o ensino superior de curta duração. Pensava-se numa abordagem democratizadora, com uma missão específica e clara, para a realidade educativa portuguesa e, claro está, para o ensino superior. José Veiga Simão, então Ministro da Educação Nacional, consubstancia uma proposta de reforma para o ensino superior onde o processo de democratização se encontra implícito (Carvalho, 2008, p. 808). Esta reforma haveria de se constituir como um marco fundamental do processo de abertura do ensino superior a um conjunto significativo da população portuguesa. Como defende Pintassilgo:

É já nos anos iniciais da década de 70 que o reformismo educativo oficial atinge o seu clímax, por via da chamada reforma Veiga Simão, que recebeu o nome do ministro que a protagonizou. A lei de bases apresentada em 1971, e alvo de um amplo e participado debate público, tinha como lema a «democratização do ensino», algo

¹ Expressão de C. M. Alves Martins (1968, p. 80).

paradoxal em contexto autoritário, foi aprovada em 1973 na assembleia parlamentar do regime. Embora fossem evidentes, no seu articulado, alguns dos traços da ideologia salazarista, fruto dos equilíbrios necessários entre os vários sectores do poder político, tratava-se de uma lei vanguardista que antecipava muitas das transformações subsequentes, designadamente no que se refere ao alargamento da escolaridade obrigatória, à unificação do ensino, à inclusão da educação infantil no sistema de ensino, à diversificação do ensino superior, entre muitas outras áreas (2014, p. 15).

A Reforma de Veiga Simão (Lei n.º 5/73 de 25 de julho) colocou a democratização do ensino na ordem do dia e tornou central a criação de novas instituições de ensino superior, nomeadamente, os institutos politécnicos. Afirmava-se que o ensino superior deveria ser assegurado por «Universidades, Institutos Politécnicos², Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados», abrindo-se a possibilidade dos Institutos Politécnicos conferirem o grau académico de Bacharel.

Prevía-se que estas instituições –Institutos Politécnicos– fossem capazes de assegurar formação com uma matriz profissionalizante e com a duração de três anos. Pouco tempo depois da publicação da Lei n.º 5/73, foi publicado o Decreto-Lei n.º 402/73 de 11 de agosto onde podemos ler o seguinte:

Os Institutos Politécnicos são centros de formação técnico-profissional, aos quais compete especialmente ministrar o ensino superior de curta duração, orientado de forma a dar predominância aos problemas concretos e de aplicação prática, e promover a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente as de carácter regional.

Evidenciavam-se neste diploma três ideias fundamentais à lógica da criação dos institutos politécnicos. Em primeiro lugar, a ideia de que deveriam assumir uma missão essencialmente técnica e ministrar uma formação curta, diferente daquela que era ministrada nas universidades. Em segundo lugar, associar as novas instituições ao desenvolvimento do país através da investigação e da experimentação e, por fim, a necessidade de articular as duas ideias anteriores com as questões de desenvolvimento regional e local.

Para Grácio (1971) era necessário clarificar o conceito de «democratização» proposto pela Reforma de Veiga Simão. Na sua perspetiva, o conceito assumia três definições possíveis que teriam de estar interligados para uma verificação do processo de democratização da universidade e da sociedade portuguesa. Por um lado, a necessidade de ampliar as bases sociais de recrutamento escolar; por outro lado, o problema dos valores transmitidos; e, por fim, as questões relacionadas com a administração escolar e pedagógica do sistema escolar (Grácio, 1971). O próprio, em observância da reforma de Veiga Simão, faz um balanço em relação a estes aspetos:

2 O sublinhado é nosso.

(...) na primeira aceção pode dizer-se que se avança no sentido da democratização do ensino se a probabilidade de fazerem estudos escolares prolongados cresce para os filhos dos trabalhadores e da pequena burguesia; para as raparigas; para as crianças e jovens de regiões afastadas dos pólos urbanos. Progride-se no sentido da democratização do ensino, entendido o termo na segunda proposta aceção, se as ações educativas do âmbito do ensino escolar se inspiram em valores tipicamente democráticos (...). Finalmente, caminha-se no sentido da democratização do ensino quando se verifica uma ruptura, ou um crescente afrouxamento, nas relações de forte dependência que vinculam os serviços regionais e locais aos serviços centrais da Educação Nacional, os diretores de estabelecimentos de ensino às autoridades administrativas e pedagógicas que lhes ficam imediatamente acima, os professores aos diretores, ou alunos a uns e a outros (...) (Grácio, 1971, p. 10).

O terceiro aspeto constituía a principal crítica a esta reforma, uma vez que parecia construir-se uma reforma educativa num «vazio social» como se fosse «indiferente aos constrangimentos e contradições gerados». Como refere Stoer a institucionalização da reforma implicava o princípio democrático da participação dos docentes e discentes que, por esta altura, manifestavam o seu descontentamento revelando-se opositores, em muitos casos, à própria reforma (Stoer, 1986). Apesar dos constrangimentos, é inegável a centralidade que esta reforma teve no processo de (re)construção do sistema educativo nacional e da sociedade portuguesa em geral.

A Revolução dos Cravos de 1974 impediu que este projeto político fosse continuado no imediato. No entanto, o campo educativo não deixou de ser pensado; pelo contrário e como refere Pintassilgo:

O período que se seguiu à Revolução do 25 de Abril de 1974 pode ser considerado um verdadeiro laboratório de experiências pedagógicas. O contexto revolucionário permitiu, também a este nível, uma autêntica vivência da utopia. Os discursos que percorreram, ao tempo, o campo educativo –como, provavelmente, em todas as revoluções da modernidade– foram profundamente marcados por uma espécie de mitologia do novo (2014, p. 15).

Na verdade, embora noutro contexto, a reforma de Veiga Simão constituiu inspiração (ou mais do que isso) para o desenvolvimento do subsistema que hoje designamos de ensino superior politécnico e em 1977 estabelece-se uma ponte com o discurso interrompido sobre a necessidade de uma configuração democratizadora para o ensino superior português.

No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 427-B de outubro de 1977 assumia-se a urgência em promover a «criação de escolas de ensino superior de natureza essencialmente prática, voltada para a formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio, com um estatuto próprio e uma dignificação profissional correspondente (...)» (p. 2492 (5)). Associado a este princípio verifica-se também,

no mesmo Decreto-Lei, a necessidade de «atender à formação qualificada de educadores de infância e de professores do ensino primário (...) superando as limitações que vêm sendo sentidas nas escolas do magistério primário». Os ventos de mudança tornam inevitável que a estes profissionais «seja oferecida uma formação de nível superior». Prevê-se, então, suprir necessidades, por um lado de técnicos que favorecessem o desenvolvimento socioeconómico e, por outro lado, permitir mais formação para os educadores e professores.

Assim, no Art. 1 do diploma referido verifica-se a criação do ensino superior de curta duração «tendente à formação de técnicos especialistas e de profissionais de educação a nível superior intermédio». Deste modo, encontra-se prevista a criação de escolas superiores de cariz técnico onde se devia ministrar o ensino técnico em áreas como a tecnologia industrial, a produção agrícola, pecuária e florestal ou da saúde e serviços; e a criação das escolas superiores de educação cuja finalidade passava pela formação de educadores de infância e de professores para o ensino primário e pela prestação de serviços de apoio à formação numa perspetiva de educação permanente. No âmbito destas escolas de cariz técnico destacam-se dois aspetos: a forte componente prática dos cursos e, por outro lado, a inserção regional e local das instituições respondendo a necessidades das mesmas com vista ao seu desenvolvimento.

A configuração apresentada é confirmada através da publicação do Decreto-Lei n.º 513-T de 26 de dezembro de 1979 que assume definitivamente a designação de «ensino superior politécnico» reorganizando a retórica discursiva que falava em «ensino de curta duração» nos diplomas anteriores. Este diploma pretende distinguir o ensino politécnico do ensino universitário referindo que o primeiro é essencialmente de natureza profissionalizante e o segundo assume um caráter mais teórico e conceptual.

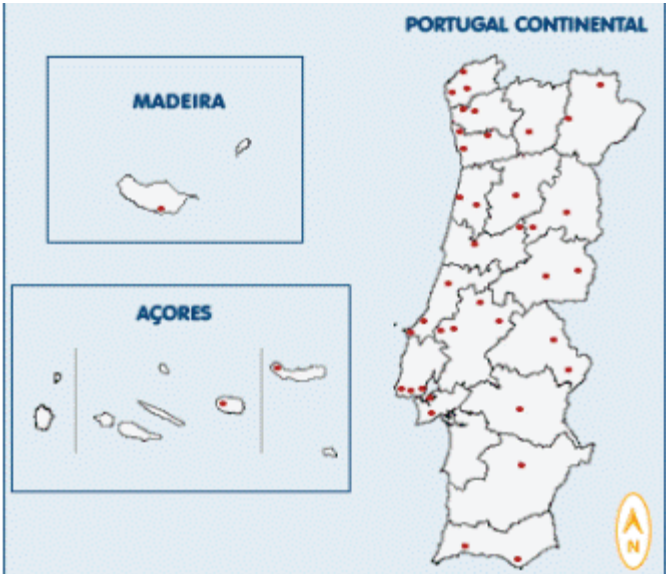
De acordo com o diploma publicado, a ambos os subsistemas de ensino superior (Politécnico e Universitário) deve ser conferida «dignidade idêntica». No que respeita às Escolas Superiores de Educação prevê-se a criação de uma escola por distrito, com exceção de Aveiro, Braga e Évora onde passaram a existir centros universitários. O texto legal dirige-se a todo o território nacional criando assim uma verdadeira rede de ensino superior com destaque para o conjunto de instituições de natureza politécnica que surgiram e possibilitaram a mobilidade social de uma parte significativa da população, assunto que trataremos especificamente nos pontos seguintes, e que, como sublinha Mourato (2014), citando Urbano (2011, p. 100), contribuiu para «colmatar a escassa democratização e a falta de diversificação do ensino superior existente até então». O diploma previa a criação faseada de escolas superiores de educação (ESE) e técnicas (EST).

Quadro n.º 1. Previsão de criação de escolas politécnicas pelos distritos de Portugal.
(Fonte: Decreto-Lei nº 513-T de 26 de dezembro de 1979).

| Ano | Tipo de Escola | Localidade |
|------|----------------|--|
| 1980 | ESE | Beja; Bragança; Castelo Branco; Faro; Leiria; Porto; Viana do Castelo; Vila Real |
| | EST | Aveiro; Coimbra; Faro; Lisboa; Porto; Santarém |
| 1981 | ESE | Coimbra; Guarda; Lisboa; Portalegre; Santarém; Viseu |
| | EST | Bragança; Castelo Branco |
| 1983 | EST | Lisboa; Setúbal; Tomar |
| 1984 | ESE | Setúbal |
| | EST | Beja; Lisboa; Porto; Viseu |

Como evidencia a tabela anterior, o ensino superior politécnico encontrava-se previsto para todo o território nacional (excetuando as regiões autónomas). A importância deste diploma é de tal ordem que também se prevê a lógica organizacional dos Institutos Politécnicos que poderiam agrupar diversas escolas superiores. As instituições politécnicas ampliaram o seu número em meados da década de 80, com a publicação do Decreto de Governo n.º 46 de 22 de novembro de 1985. O mapa seguinte permite compreender melhor a atual distribuição dos Institutos Politécnicos no território português que mantém, no essencial, a configuração do final da década de 80.

Mapa 1. A distribuição do ensino superior em Portugal. Fonte: DGES, Ministério da Educação e Ciência.



Em causa está a democratização no acesso ao conhecimento através de uma lógica de criação de instituições por todo o território português (ver mapa 1) que favoreciam o desenvolvimento regional e desmontavam um ensino tradicional e elitista associado às universidades no período do Estado Novo, e como diz Mourato (2014) a rede de ensino superior politécnico assegura uma melhor e maior cobertura geográfica do território nacional, comparativamente à rede do sistema universitário.

O corolário deste processo acontece com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986 (Lei 46/86 de outubro de 1986), pois assume-se, definitivamente, uma lógica de ensino superior binária (Universidade e Politécnico) com missões bem definidas. No caso do ensino superior politécnico afirma-se especificamente o seguinte: «O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais» (Art. 11, ponto 4).

Embora os objetivos se encontrem claramente definidos o processo de afirmação do ensino superior politécnico português continua nas décadas seguintes. Na verdade, hoje mesmo, a missão do ensino superior politécnico é constantemente colocada à prova, pese embora a importância que estas instituições têm no conjunto do território nacional e, em particular no interior de Portugal onde o seu impacto se traduz nos dias de hoje no desenvolvimento regional, na coesão económica, social e territorial (Comissão Europeia, 2007, referida por Mourato, 2014). É nesta geografia particular que procuramos estudar o caso específico do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).

4. O Instituto Politécnico de Portalegre: O caso da Escola Superior de Educação

A criação do Instituto Politécnico de Portalegre aconteceu no ano de 1980, tendo iniciado as suas atividades com a nomeação do presidente da Comissão Instaladora no ano de 1989. Nesta altura a capital do Alto Alentejo – Portalegre – já possuía uma Escola Superior de Educação, criada formalmente em 1979 e cuja abertura se encontrava prevista para o ano de 1981. Todavia, apenas iniciou as suas atividades quatro anos mais tarde, em 1985.

Neste mesmo ano, o Decreto do Governo n.º 46/85 de 22 de novembro previa que as escolas superiores politécnicas se integrassem nos Institutos Politécnicos. No caso de Portalegre previa-se, além da Escola Superior de Educação, a criação e integração da Escola Superior de Tecnologia e Gestão criada em 1985 mas iniciar o seu funcionamento em 1989.

Imagem 1: Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Portalegre.



Imagem 2: Escola Superior de Educação de Portalegre.



A Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP) constituiu a primeira experiência de ensino superior politécnico na região de Portalegre. Situada no Palácio Achaiolli –onde durante quase um século se encontrou o antigo Liceu da cidade– iniciou as primeiras atividades em 1985 com inúmeras dificuldades. Refere a Comissão Instaladora o seguinte:

Pôr em funcionamento uma escola superior nas condições que nos encontramos não foi tarefa fácil. Na realidade, confrontamo-nos com a situação de iniciar de imediato actividades curriculares e lançar cursos de formação inicial e em serviço, ao mesmo tempo que é necessário conceber e executar planos relativos às infraestruturas da escola em termos de instalações, equipamentos e recursos humanos. Saliente-se, aliás, que tal não sucedeu quando da criação de outras escolas politécnicas e universitárias, onde as respetivas comissões instaladoras dispuseram de tempo suficiente para organizar os respetivos estabelecimentos antes de iniciarem as actividades curriculares (Esep, 1990, p. 7).

As dificuldades eram muitas e obrigaram a Escola a mudar-se para as antigas instalações do extinto magistério primário (hoje sede dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Portalegre) de modo a terminarem as obras de recuperação do Palácio Achaiolli. Mesmo assim, o cenário descrito anteriormente não foi impeditivo de colocar em funcionamento a escola e de proceder à formação dos seus docentes.

Em depoimento recentemente publicado, José Travassos, a propósito dos 25 anos de atividade da ESEP, recorda o seu papel como Vogal da 1.^a Comissão Instaladora defendendo que aquela foi uma «tarefa singular» uma vez que:

(...) há algum tempo atrás era impensável que os alunos que nela habitavam, e habitam [no distrito de Portalegre], pudessem aceder a uma formação a esse nível [superior], na sua terra, ou próximo dela. Por isso, na altura, recordo, foi considerado histórico este passo, dado no país pós-25 de Abril, regozijando-se com ele todos aqueles que perceberam que a cidade e o Norte Alentejano muito iriam usufruir com a sua criação, tornada possível porque se passou a reconhecer, no Portugal Democrático, que todas as regiões do país tinham direito a beneficiar de uma formação de grau superior, antes disponível em algumas cidades longe do interior (2010, p. 12).

A abertura destas instituições constituiu uma oportunidade para muitas pessoas que frequentaram o ensino superior politécnico dada a importância da sua proximidade. Neste sentido, realça-se também a fundação da revista *Aprender* (que ainda hoje é publicada) que haveria de servir como ponto de reflexão sobre assuntos diversos, desde a importância da formação de professores, às questões didáticas e pedagógicas ou à atividade cultural desenvolvida pela Escola e pelos seus docentes.

A dinâmica da Escola nesta primeira fase, liderada por Natércio Afonso, é realçada por vários atores políticos da época. É o caso, entre outros, do Governador Civil de Portalegre –Dr. António Correia Teixeira– que afirmava, cinco anos depois do início das atividades formativas, a importância da ESEP como «indutor do desenvolvimento» e como «processo de valorização e fixação de quadros e jovens», assim como um «factor de progresso cultural» (1990, p. 41).

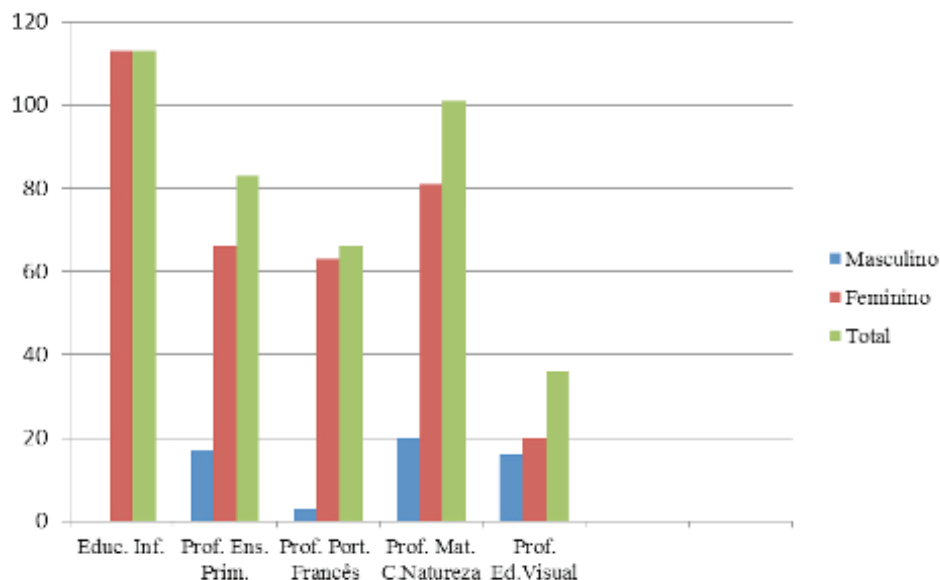
No mesmo sentido, representantes políticos de diferentes forças assumiam a importância da instituição na região de Portalegre; caso do então presidente da Câmara Municipal da cidade –Dr. João Transmontano– que, 10 anos depois da sua abertura, louvava a ação da ESEP:

Tem sabido a ESEP impor-se à consideração e estima dos portalegrenses, por uma obra comunitária que em muito tem ultrapassado a sua vocação mais específica. Com efeito, muitas e valiosas iniciativas têm dela partido, podendo destacar-se, como mais evidentes, as que se projectam na comunidade local e regional. Assim, para além da formação inicial e contínua e dos cursos de pós-graduação, alguns projectos de intervenção foram concretizados, uma importante actividade editorial se vem desen-

rolando, e bastantes realizações de carácter científico se vêm efectuando regularmente, muitas delas de âmbito internacional (ESEP, 1996, p. 22).

A criação destas instituições por todos os distritos do país trouxe novas dinâmicas em vários sectores da população portuguesa. A abertura dos primeiros cursos de ensino superior politécnico na ESEP foi aprovada pela Portaria n.º 549 de julho de 1987. O objetivo era a formação de professores, respondendo a uma necessidade do país e da região, procedendo-se à abertura do curso de Educadores de Infância (Bacharelato); Professores do Ensino Primário (Bacharelato) e de Professores do Ensino Básico (Licenciatura) nas variantes de Português– Francês; Matemática e Ciências da Natureza e a variante de Educação Visual. Além desta atividade, a IES desenvolveu formação em serviço por iniciativa do então Ministério da Educação ou por iniciativa própria.

Gráfico 2. Número de estudantes que ingressaram na Escola Superior de Educação de Portalegre, por curso, entre 1987/88 e 1990/91. (Fonte: Serviços Académicos da ESEP).



A procura da ESEP foi crescente ao longo da década de 80, confirmando-se a mesma tendência no decorrer da década seguinte. Nos primeiros cinco anos de formação inicial ingressaram aproximadamente 400 estudantes. Destes apenas 56 eram do sexo masculino. Estes números, acompanhados do gráfico anterior, evidenciam outra conquista do processo de democratização da sociedade portuguesa: a feminização da escola, em particular do ensino superior. A este propósito, em estudo publicado em 1995 e coordenado por Cruz & Cruzeiro, pode constatar-se o seguinte:

A par da heterogeneidade e da massificação da procura da educação superior, assiste-se à feminização dessa procura, e, em decorrência, à feminização do ensino superior (...). Este fenómeno encontra fundamento, por um lado, nas circunstâncias socio-económicas mais favoráveis que se verificaram na sociedade portuguesa, na década de 60, e ainda como um reflexo da guerra colonial, a que se veio somar a democratização do país. Por outro lado, as alterações da estrutura do emprego decorrentes das rápidas mutações tecnológicas que ocorrem nas sociedades de capitalismo organizado, novas formas de mobilidade social e a entrada da mulher no mercado de trabalho, relevam a importância deste nível formal de educação como elemento potenciador dos recursos individuais (...) (1995, p. 40).

Estas considerações encontram fundamento, por exemplo, nos dados recolhidos sobre a ESEP. O gráfico apresenta um conjunto de indivíduos do sexo feminino bastante significativo na área da formação de professores que, a título de exemplo, em 1991/92 apresentava uma tendência nacional de 79,3% (Cruz & Cruzeiro, 1995, p. 43).

O alargamento da base de recrutamento social e o processo de feminização do ensino superior português encontrou no ensino superior politécnico um aliado potenciador do desenvolvimento regional. No entanto, de acordo com Pascueiro (2009) este processo também permitiu identificar um conjunto de assimetrias provocadas pelo maior número de alunos que passaram a frequentar o ensino superior. Refere a autora que, do ponto de vista geracional, se aprofundaram assimetrias decorrentes da «desigualdade de habilitações entre gerações» (p. 32). Assinala, deste modo, a dupla polarização da sociedade: por um lado, as gerações que não tiveram acesso ao ensino superior; por outro lado, aquelas que beneficiaram do processo de universalização (e massificação) da educação em geral e do ensino superior. De acordo com a sua visão, esta diferença geracional potencia problemas de igualdade de oportunidades e de cidadania entre gerações.

Não obstante, as vantagens do alargamento da base social de recrutamento da população são inequívocas e permitiram, em nosso entender, a possibilidade de aceder ao conhecimento, de concretizar sonhos académicos, sociais, científicos, entre outros, constituiu um avanço civilizacional que se encontra, em boa parte, na base do progresso que o País conheceu ao longo da década seguinte.

Esta possibilidade veio mudar a vida de muitos dos alunos que frequentaram a instituição colocando-os em lugares cimeiros em instituições de dimensão local, regional e/ou nacional. É esta possibilidade que salientamos: a possibilidade de acontecer um processo de mobilidade social através das instituições de ensino superior politécnico, aquelas que se encontravam próximas dos estudantes e, portanto, aquelas para onde as famílias melhor podiam sustentar os estudos superiores dos filhos esperando que alcançassem sucesso e melhor estatuto social e económico.

5. Testemunhos sobre o ensino superior politécnico: experiências de vida

As décadas de 70 e 80 da centúria de novecentos constituíram momentos de transição social, económica e política. Essa mudança assentava na crença de que a educação superior podia constituir um motor de desenvolvimento que Portugal, saído de um regime ditatorial, deveria procurar fomentar. Esta questão é evidente no final da década de 60 quando Miller Guerra e Sedas Nunes defendiam uma política de desenvolvimento nacional onde o ensino superior fosse capaz de desencadear «(...) acções que libertem as energias criadoras encarceradas nas estruturas envelhecidas» (1969, p. 89). Ora o ensino superior politécnico, em nosso entender, representou a objetivação deste pensamento alguns anos depois, emergente do período de transição entre regimes políticos.

O ensino superior politécnico mostrou-se uma aposta ganha do Estado democrático pese embora os problemas que ainda existem e que estão identificados (Pascueiro, 2009). A criação de uma rede de instituições de ensino superior politécnico espalhadas pelo território português ofereceu a possibilidade a muitas e mais pessoas de frequentarem aquele nível de ensino. O local de origem destes estudantes era, e continua a ser, especialmente significativo na região de inserção embora também constituísse, e constitua, uma janela de oportunidade para estudantes provenientes de outras regiões do país e do estrangeiro.

No caso da ESEP, a sua dinâmica ultrapassava largamente os muros da escola. Chegava, por via dos seus alunos, professores e funcionários, à comunidade local, cumprindo deste modo o seu papel dinamizador e que lhe tinha sido inicialmente atribuído. Quando a ESEP comemorou os 10 anos de vida podia ler-se:

Nestes dez anos a ESEP tem vindo a manifestar um crescimento global quer ao nível interno, com a crescente oferta de novos cursos, dinamização de acções, encontros, colóquios, desenvolvimento de projectos, publicações, etc., quer a nível externo, no que diz respeito ao seu envolvimento em projectos com a comunidade, com outros parceiros congéneres e ao reconhecimento do seu papel no desenvolvimento regional (ESEP, 1996, p. 165).

A este propósito, recolhemos um conjunto de depoimentos de antigos estudantes dos anos 80 do século XX, dos quais destacamos seis, por serem representativos da amostra estudada constituída por 20 entrevistas, considerando o critério da saturação (Fontanella, Ricas & Turato, 2008), que revelam e testemunham a importância da instituição na cidade de Portalegre e, de um modo mais específico, da importância desta instituição de ensino superior no percurso de vida académica dos então jovens (incluindo a oportunidade de frequentar/concluir um curso de licenciatura ou de mestrado junto do local de residência ou de exercício profissional), da importância/oportunidade que assiste aos/às

cidadãos/ãs do distrito de Portalegre (ou dos seus limítrofes) para frequentarem/concluírem um curso de ensino superior no mesmo distrito pela existência do Instituto Politécnico de Portalegre, e do impacto dos estudos concluídos na vida pessoal/profissional.

Dos testemunhos recolhidos, salienta-se o forte impacto que os então jovens estudantes oriundos do distrito de Portalegre (cujos progenitores desenvolviam profissões para as quais não eram necessárias habilitações académicas de nível superior, ou em alguns casos não eram mesmo necessárias quaisquer habilitações académicas) comprovam sobre a oportunidade que a instituição IPP/ESEP, por se localizar na sua área de residência, trouxe às suas vidas. A importância da criação desta instituição e a oportunidade que a mesma abriu a jovens de diferentes condições económicas e culturais para adquirir um curso superior nos anos 80 é evidente e manifesta como se verifica nos seus testemunhos.

Um desses antigos estudantes, que conclui na ESEP uma licenciatura que lhe conferiu habilitação para a docência no ensino básico, refere que um dos elementos mais importantes para poder estudar foi a possibilidade de não ter sido «(...) necessário deslocar [-se] para fora do concelho onde residia, para frequentar o curso, o que se tornou mais confortável a nível físico e económico» (Entrevista LE). A expressão deste antigo estudante representa uma boa parte daquilo que significou o ensino superior politécnico no distrito de Portalegre nos anos 80 (e que ainda hoje representa) pois como refere mais adiante no seu testemunho na altura era impensável sair do distrito de Portalegre pois «(...) o meu pai faleceu quando iniciei os estudos e a minha mãe era costureira». O entrevistado LE considera que deve muito ao IPP, dado a existência desta instituição de ensino superior no seu distrito de residência lhe permitir adquirir um curso de ensino superior com qualificação para uma profissão bem como a sua reclassificação profissional na entidade pública em que hoje trabalha. Por outro lado, a existência da IES possibilitou a sua entrada no ensino superior já com 24 anos de idade o que, por condições económicas, segundo o entrevistado, não teria acontecido caso o IPP/ESEP não existisse na geografia da sua residência.

Também outra antiga estudante, Entrevista AR, salienta no seu testemunho a importância que atribui ao IPP/ESEP: «(...) a possibilidade de concluir um curso superior, naquela altura, perto de casa, constituía uma oportunidade de emprego e estabilidade financeira (...)». Ainda continua AR: «Tirar o Curso Superior foi de extrema importância para mim e para a minha família. Além da questão académica, também foi importante o companheirismo vivido com os colegas e professores, bem como, os funcionários da instituição, que ainda hoje me tratam com carinho e pelo nome próprio. (...) E a questão económica era

muito importante». Na conclusão do seu testemunho confirma: «O IPP permitiu que concluísse o curso superior no tempo que determinei para isso, os 4 anos; proporcionou-me ter consciência das minhas capacidades e competências e continuo grata a muitos professores que me acompanharam nesses 4 anos e ainda hoje me apoiam na minha vida profissional e nos projetos em que me tenho envolvido.(...)» (Entrevista AR). No testemunho desta antiga estudante, destaca-se a importância da IES na geografia local, declarada por motivos económicos, mas também pela qualidade do clima institucional envolvente dos estudantes, do companheirismo e do apoio contínuo que, hodiernamente, AR ainda encontra no IPP/ESEP.

Na senda de outros testemunhos, continua a confirmar-se a importância desta IES no distrito de Portalegre. No caso da Entrevista BC, a antiga estudante, diz ter iniciado os estudos superiores em Lisboa mas que acabou por desistir desse curso por motivos económicos, criando-lhe o IPP/ESEP uma nova oportunidade, referindo: «(...) a única solução que tinha era vir estudar para Portalegre. (...) A criação do IPP permitiu a muitos jovens e menos jovens o conseguir obter uma licenciatura que de outra forma não poderiam ter feito». Na entrevista BC, identificamos de forma clara a importância do IPP na sua vida académica e na de outros jovens mas também a importância que ainda hoje a IES tem no distrito de Portalegre: «O IPP é um dos maiores empregadores do distrito o que se repercute ao nível do emprego e consequentemente da economia». A expressão da importância do IPP na região, aliada à oportunidade da proximidade da instituição, e por isso permitir a jovens oriundos de famílias com alguns problemas ou dificuldades económicas obter um curso superior, ainda hoje é confirmada como uma oportunidade democrática e de igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso a que qualquer jovem tem direito, sendo ainda avaliada a forte importância da IES na economia do distrito. Este reconhecimento é subscrito por Mourato (2014) quando o autor identifica que uma das intenções subjacentes à implementação do subsistema politécnico em Portugal residiu/reside na promoção do desenvolvimento das regiões e das relações com as atividades económicas e sociais, a que acrescentamos as atividades culturais.

No testemunho que encontramos na Entrevista CD, cujo pai tinha uma profissão ligada às forças de segurança e a mãe era doméstica, justifica-se a entrada no IPP/ESEP como uma procura «(...) [de] novos horizontes. Uma profissão mais desafiante e socialmente e economicamente mais valorizada». No mesmo testemunho percebemos que, embora na altura pudesse ter equacionado a candidatura a outras IES, a escolha iria recair no IPP pois «o facto de existir [IES] em Portalegre, com uma oferta formativa que se enquadrava nos meus interesses foi determinante» para a escolha da instituição IPP/ESEP, principalmente porque economicamente era mais compatível com as possibilidades da família. Sobre a

importância e reconhecimento da IES na sua vida, o testemunho da Entrevista CD é significativo: «O IPP proporcionou-me a formação necessária para iniciar a minha vida profissional e depois para prosseguir uma carreira docente no ensino superior. (...) No meu caso, o IPP moldou toda a minha vida profissional. Todo o meu percurso profissional enquanto docente está intrinsecamente associado ao desenvolvimento do IPP».

No testemunho expresso na Entrevista CA identificamos de novo a importância e a janela de oportunidades que a existência do IPP no distrito de Portalegre abria aos jovens nos anos 80, anos seguintes à Revolução de Abril de 1974. Refere que a IES ainda hoje «Contribui para o desenvolvimento, divulgação e reconhecimento da localidade. (...) Penso que permite, para além da formação inicial, a formação contínua, sem que tenhamos que deslocar-nos». A visão de proximidade que o funcionamento da IES proporcionou às famílias e aos jovens, e o consequente acesso mais democratizado à frequência do ensino superior nos anos 80, perpetua-se até aos dias de hoje quer para os mais jovens quer para os antigos estudantes que ainda encontram no IPP respostas para as suas necessidades atuais sem terem que se deslocar para além do distrito de Portalegre, o que em muitos casos seria impossível (ou pelo menos seria feito com grande esforço económico), dado a interioridade do distrito e os custos associados à frequência de um curso superior.

Ainda num outro testemunho, Entrevista BA, se destaca que a IES lhe permitiu o acesso a uma profissão qualificada e que a «(...) frequência da instituição fez-me crescer em termos pessoais e interpessoais». Neste depoimento ressalta também a «(...) importância natural da presença do ensino superior no interior do país, tanto do ponto de vista científico, como cultural e sócio económico» e lamenta-se que nos dias de hoje esta IES, como outras do interior de Portugal «(...) cada vez mais abandonado pelo poder central (...)» lutem pela sua sobrevivência pois, no caso do IPP/ESEP «Tem naturalmente um papel importante ao permitir a muitos, a frequência do ensino superior» o que de outro modo seria mais difícil ou até mesmo impossível, dadas as condições económicas e culturais, bem como os elevados níveis de desemprego da população sénior.

As considerações anteriores evidenciam a importância que as instituições de ensino superior politécnico –neste caso relacionadas com o Instituto Politécnico de Portalegre– tiveram nos percursos pessoais e profissionais de muitos jovens estudantes que procuraram prosseguir os seus estudos superiores. Estas instituições também marcaram, e continuam a marcar, profundamente os ritmos e as dinâmicas das comunidades onde se instalaram, constituindo-se verdadeiras âncoras promotoras do desenvolvimento social, cultural e económico.

6. Conclusão

Em Portugal, o processo de democratização/universalização da educação ocorreu quando «um pouco por todo o lado, se começava já a viver na descrença da eficácia na aposta educativa» (Valentim, 1997, p. 51). Ainda assim, o processo foi iniciado em Portugal, embora tardiamente, potenciado pela emergência do regime político democrático. Na verdade, a década de 70 da centúria passada revelou-se um período de transição e mudança na sociedade portuguesa. O campo educativo constituiu uma das principais preocupações consequentes à Revolução dos Cravos (Mogarro, 2001; Henriques, 2012). Destacamos o papel que o ensino superior assumiu no processo de democratização da sociedade portuguesa. De um ensino elitista e tradicional, associado ao Estado Novo, procuraram-se novos caminhos –antecipados pela Reforma de Veiga Simão– que permitiram, entre outros aspetos, um maior nivelamento social através do acesso mais democrático ao conhecimento. A criação e instalação de instituições de ensino superior politécnico em diferentes pontos do país possibilitaram uma maior mobilidade socioeconómica e a transformação de Portugal num país com mais oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho. O ensino superior, em particular o politécnico, foi, com toda a certeza, uma das principais conquistas de «Abril». Como evidenciámos anteriormente, foram muitos os estudantes que não poderiam ter continuado (por motivos económicos ou outros ligados às dinâmicas familiares ou locais) os seus estudos se nas suas regiões não tivessem surgido instituições de ensino superior politécnico.

Ao Estado coube o papel de encontrar consensos e permitir a constituição de uma rede de Institutos Politécnicos que permitiram qualificar mão-de-obra e responder às muitas solicitações e necessidades da sociedade portuguesa. É o caso da formação de professores para o ensino primário ou, ainda, a formação para os educadores de infância (ESEP, 1990). Este exemplo encontra-se ancorado à emergência de um Estado Social tardio com imensa necessidade de afirmação colocando, desse modo, as instituições como a Escola Superior de Educação de Portalegre à disposição daquele distrito e apelando à formação de professores e educadores (Marchão, 2012) como mostramos anteriormente. Também aqui o ensino superior politécnico assumiu uma missão fundamental, de suporte ao próprio Estado.

Esta consideração que acabamos de fazer é assumida, de modo mais direto ou indireto, nos testemunhos que recolhemos de antigos estudantes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Nos testemunhos recolhidos todos consideraram fundamental a oportunidade que a criação do ensino superior politécnico trouxe para as suas vidas. Os seus percursos pessoais e/ou profissionais ficaram marcados por um «ensino de proximidade», onde se

tornava mais fácil suportar os encargos económicos associados à vida de um estudante do ensino superior, facilitando a vida quotidiana das famílias. Foi através de muitas destas instituições que em muitas famílias se formaram os seus primeiros bacharéis e/ou licenciados. É inegável o contributo que deram, e continuam a dar, ao país com especial relevância para as regiões do interior de Portugal. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre constitui esse exemplo de vida pois, do âmago das dificuldades inerentes à interioridade, soube mobilizar as forças regionais e locais e afirmar-se no panorama nacional criando sinergias e valorizando os seus jovens facilitando-lhes o acesso ao conhecimento.

Hoje a missão do Instituto Politécnico de Portalegre e da sua Escola Superior de Educação –assim como das restantes Escolas do mesmo Instituto– continua a ser concretizada, com outros contornos, mas assumindo a sua história e continuando o processo nunca terminado da democratização no acesso ao conhecimento travando-se uma luta permanente pela valorização deste subsistema de ensino superior e das regiões onde está instalado.

7. Bibliografia e Fontes

- Alves Martins, C. A. (1968). Alguns aspectos do ensino em Portugal. *Análise Social*, VI (20-21), pp. 57-80.
- Carvalho, R. (2008). *História do ensino em Portugal – desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. 8.^a ed. Lisboa: F.C.G.
- Cruz, M. B. & Cruzeiro, M. (Coords.). (1995). *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal. Situação e Problemas de Acesso*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Programação e Gestão Financeira.
- Decreto do Governo n.º 46/85 de 22 de novembro de 1985.
- Decreto-Lei n.º 402/73 de 11 de agosto de 1973.
- Decreto-Lei n.º 513-T de 26 de dezembro de 1979.
- Decreto-Lei n.º. 427-B de outubro de 1977.
- Escola Superior de Educação de Portalegre. (Ed.). (1996). *Escola Superior de Educação de Portalegre – Uma década de afirmação*. Portalegre: ESEP.
- Escola Superior de Educação de Portalegre. (Ed.). (2010). *Honrar o passado, consolidar o presente, conquistar o futuro*. Portalegre: ESEP.
- Escola Superior de Educação de Portalegre. (Ed.). *Escola Superior de Educação de Portalegre – Balanço de Cinco anos de actividade 1985-1990*. Portalegre: ESEP.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*,

- Rio de Janeiro, 24(1), pp. 17-27. Recuperado em 20 de Agosto de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>
- Fonseca, M. J. (2001). O Ensino Politécnico em Portugal. A história recente. *Politécnica, Boletim Informativo do Instituto Superior Politécnico de Viseu – ISPV*, 2, pp. 7-9.
- Garrido, A. (2008). A universidade e o Estado Novo: de «corporação orgânica» do regime a território de dissidência social. *Revista crítica de Ciências sociais*, 81 (junho), pp. 133-153.
- Grácio, R. (1971). Democratização do ensino. *Seara Nova*, n.º 1512, Outubro.
- Henriques, H. (2012). *Formação, Sociedade e Identidade Profissional dos Enfermeiros: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias (1948-1988)*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Lei n.º 46/86 de outubro de 1986.
- Lei n.º 5/73 de 25 de julho de 1973.
- Marchão, A. (2012). *No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do Ensino Básico. Gerir o Currículo e criar oportunidades para construir o pensamento crítico*. Lisboa: Edições Colibri.
- Miller Guerra, J., Sedas Nunes, A. (1969). A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões. *Análise Social*, 7(25-26), pp. 5-49.
- Mogarro, M. J. (2001). *A formação de professores no Portugal Contemporâneo. A Escola do Magistério Primário de Portalegre* (2 Vols.). (Tese de Doutoramento). Universidad de Extremadura, Cáceres.
- Mourato, J. (2014). O ensino superior politécnico em Portugal – presente e Futuro. *Revista FORGES (Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa)*, 1, pp. 109-143.
- Nóvoa, A. (1992). A Educação Nacional. In Serrão, J. & Oliveira Marques, A. H., *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo, 1930 – 1960* (pp. 455-519). Lisboa: Presença.
- Pascueiro, L. (2009). Breve contextualização ao tema da democratização do acesso ao ensino superior. A presença de novos públicos em contexto universitário. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, pp. 31-52.
- Pintassilgo, J., Mogarro, M. J. (2003). A ideia de Escola para todos no pensamento pedagógico português. In Pintassilgo, J., *A ideia de Escola para todos no pensamento pedagógico português* (pp. 51-71). Lisboa: SPICAE.
- Pintassilgo, J. (2003). Construção histórica da noção de democratização do ensino. O contributo do pensamento pedagógico português. In Pintassilgo, J., *Construção histórica da noção de democratização do ensino. O contributo do*

- pensamento pedagógico português* (pp. 119-141). Lisboa: Centro de Investigação em Educação.
- Pintassilgo, J. (2014). A Educação em tempos de Revolução (nos 40 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal). *Espacio, Tiempo y Educación*, 1(2), pp. 13-19.
- Portaria n.º 549 de julho de 1987.
- Sebastião, J., Correia, S. (2009). The democratisation of school education in Portugal. In Viegas, J. M. L., Carreiras, H., Malamud, A. (Orgs.), *Institutions and Politics, (Portugal in the European Context, vol. I)* (pp. 101-126). CIES, ISCTE-IUL, Lisbon: Celta Editora.
- Sedas Nunes, A. (1968). A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. *Análise Social*, 6(22-23-24), pp. 295-385.
- Sedas Nunes, A. (1968). O Sistema Universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento. *Análise Social*, 6(22-23-24), pp. 386-474.
- Serviços Académicos da Escola Superior de Educação de Portalegre. Relação de Antigos Alunos da Escola Superior de Educação de Portalegre (1989-2008).
- Sousa, A. (1968). *Algumas reflexões sobre a democratização do Ensino Superior*. *Análise Social*, 6(20-21), pp. 248-253.
- Sousa, A. (1999). Sobre a Génese do ensino superior politécnico. *Millennium*, 13 [sem indicação de páginas].
- Stoer, S. R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal, 1970-80: Uma década de transição*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stoer, S. R. (2008). A reforma de Veiga Simão no ensino: Projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»? *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, pp.17-48.
- Urbano, C. (2011). *O ensino politécnico em Portugal: a construção de uma identidade perante os desafios de mudança (entre o final do século XX e o início do século XXI)*. (Tese de doutoramento). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Valentim, J. P. (1997). *Escola, Igualdade e Diferença*. Porto: Campo das Letras.